

CNPJ nº 05.451.496/0001-33

sacção e as especificações de cada venda. **2.6. Tributação: IRP.**

1. Contexto operacional: NPE Service Montagem e Montagem em São Paulo – SP, constituída em 12/12/2002, tem por principais objetivos as atividades de execução de obras de montagem e manutenção industrial, execução por administração, gerenciamento, empreitada, ou subempreitada de obras de construção civil, mecânicas e elétricas, assessoria e treinamento nas áreas de manutenção mecânica, hidráulica, elétrica, eletrônica, instrumentação, ar condicionado, refrigeração, predial, civil, pneumática, em operações de sistemas de utilidades industriais, prestação de serviços de construção civil em edificações, instalação e manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado, ventilação e refrigeração, engenharia consultiva e execução de projetos executivos, compra venda importação e exportação de materiais primas, componentes, maquinaria e equipamentos em geral, industrialização e venda mercantil, execução de serviços de limpeza e manutenção em geral, fragmentação separação seleção enfiamento coleta e arrumação para processos manuais ou mecânicos, de lixos, aparas/resíduos industriais, hospitalares e outros, elaboração e execução de projetos de paisagismo, jardinagem e manutenção de áreas verdes, segurança patrimonial e prestação de serviços de suporte administrativo e logística. Tendo em sua carteira, como principais clientes: Braskem, Vale, Nexa, CSN, Dow Química, Yara, CSN e Nitroquímica. A Companhia atua em todo Brasil de maneira preponderante no desenvolvimento de soluções voltadas às atividades de manutenção e Montagem S.A., são conforme segue: NPE Industrial, Ltda. “NPE Industrial”, com sede em Dias da Avila – BA, constituída em 16/12/2008, tem por principais objetivos as atividades de execução por administração, gerenciamento, empreitada, ou subempreitada de obras de construção civil, mecânicas e elétricas, execução de obras de montagem e manutenção industrial, assessoria e treinamento nas áreas de manutenção mecânica, hidráulica, elétrica, eletrônica, instrumentação, ar condicionado, refrigeração, predial, civil, pneumática, em operações de sistemas de utilidades industriais, prestação de serviços de construção civil em edificações, instalação e manutenção preventiva e prestação de serviços de usinagem em soldas. NPE Locação de Equipamentos Ltda. “NPE Locação”, com sede em São Paulo – SP, constituída em 04/12/2002, tem por principais objetivos as atividades aluguel de máquinas e equipamentos, serviços de engenharia, serviço de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras e execução de obras de montagem e manutenção industrial. Tendo em sua carteira, como principais clientes: Yara, Fertilizantes, Nitroquímica, Dow, CMOG e Acelen. A N2M Facilities tem em 16/08/2019, empresa que pertence ao Grupo NPE, tem por principais objetivos as atividades de execução de serviços de limpeza e manutenção em geral, fragmentação separação seleção enfiamento coleta e arrumação para processos manuais ou mecânicos, de lixos, aparas/resíduos industriais, hospitalares e outros, elaboração e execução de projetos de paisagismo, jardinagem e manutenção de áreas verdes, segurança patrimonial e prestação de serviços de suporte administrativo e logística. Tendo em sua carteira como principais clientes: Burger King e Tronox. NPE Núcleo de Serviços Ltda. “NPE Núcleo”, com sede em São Paulo – SP, constituída em 05/01/2022, tem por principais objetivos as atividades de prestação de serviços combinados de escritório e de apoio administrativo e operacional, prestação de serviços de gestão, suporte e ao apoio e infraestrutura administrativa em geral, tais como, mas não se limitando à gestão e administração de recursos humanos, à gestão e administração de serviços financeiros, fiscais e contas a pagar e receber, à gestão, administração e suporte de serviços relacionados com Tecnologia da Informação (TI), à gestão e administração de entrada e tratamento de dados e processamento, à gestão de diários e relatórios contábeis, a prestação de serviços relacionados à criação, elaboração, adequação e execução de projeto de marketing e prestação de serviços relacionados à gestão e manutenção de equipamentos. NSM Administração De Recursos Ltda. “NSM Administração de Recursos”, com sede em São Paulo – SP, constituída em 05/01/2022, tem por principais objetivos as atividades de administração de bens próprios e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócio ou acionista, atuando como “holding”. NPE Intervenções Planejadas Ltda. “Empresa”, com sede em São Paulo – SP, constituída em 26/05/2022. A empresa faz parte do Grupo NPE e tem por principais objetivos as atividades de execução de obras de montagem e manutenção industrial, execução por administração, gerenciamento, empreitada, ou subempreitada de obras de construção civil, mecânicas e elétricas, assessoria e treinamento nas áreas de manutenção mecânica, hidráulica, elétrica, eletrônica, instrumentação, ar condicionado, refrigeração, predial, civil, pneumática, em operações de sistemas de utilidades industriais, prestação de serviços de construção civil em edificações, instalação e manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar condicionado, ventilação e refrigeração, engenharia consultiva e execução de projetos executivos, compra venda importação e exportação de materiais primas, componentes, maquinaria e equipamentos em geral, industrialização e venda mercantil, execução de serviços de limpeza e manutenção em geral, fragmentação separação seleção enfiamento coleta e arrumação para processos manuais ou mecânicos, de lixos, aparas/resíduos industriais, hospitalares e outros, elaboração e execução de projetos de paisagismo, jardinagem e manutenção de áreas verdes, segurança patrimonial e prestação de serviços de

2.4. Moeda de apresentação: As demonstrações contábeis consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda de apresentação da Companhia. **2.5. Reconhecimento de receitas:** A receita é representada pelo valor justo recebido ou a receber pela prestação de serviço no curso normal das atividades exercidas pela Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia e suas controladas reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, e que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas baseia suas estimativas nos resultados dos históricos, levando sempre em consideração, o cliente, a transação

e as especificações de cada venda. **2.6. Tributação: IRPJ e CSLL - correntes:** Para fins de cálculo do IRPJ e CSLL, a Companhia adota o regime de lucro real anual, em que as apurações são efetuadas, mensalmente, por estimativas, conforme parágrafo 4º, artigo 31 de IN/RFB nº 1.700/17. Esse regime permite a apuração dos tributos devidos, com base em balancetes de suspensão ou redução (artigo 47 e 50 da IN/RFB nº 1.700/17). **Outros impostos:** As receitas de serviços estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços ("ISS") segundo as alíquotas vigentes em cada região, à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), conforme legislação vigente, e são apresentadas com deduções das receitas no resultado do exercício. As receitas de vendas estão sujeitas ao imposto sobre Circulação de Mercadorias ("ICMS"), e à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). Os impostos recuperados ou impostos pagos antecipadamente estão demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o momento previsto de sua realização. **2.7. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade consolidada for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. **Classificação de instrumentos financeiros:** De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), a classificação inicial dos ativos financeiros baseia-se no modelo de negócio que a Companhia utiliza para gerar seus ativos financeiros e nas características contratuais dos fluxos de caixa deles. Os ativos financeiros podem ser mensurados em três categorias: (i) **Ativo financeiro amortizado:** (i) Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) Ao valor justo por meio do resultado. **2.8. Ativos financeiros:** A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando este se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber e créditos com terceiros. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescido, no caso de investimentos não designados ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme os critérios a seguir: **Ao custo amortizado:** Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros a custo amortizado incluem: **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são instrumentos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses instrumentos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa efetiva de juros), menos perda por redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros classificados nessa categoria são os seguintes: **Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:** Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários incluem, substancialmente, depósitos à vista e operações comprometidas, denominados em reais (R\$), para os quais não existem muitas tampouco outras restrições para seu resgate, com o emissor do instrumento. A abertura entre caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários por tipo de classificação está apresentada na Nota Explicativa nº 3. **Contas a receber, partes relacionadas:** São classificados como recebíveis e demonstrados ao custo, acrescidos de variação monetária e juros, líquidos de ajuste a valor presente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor considerado suficiente pela Companhia para cobrir as perdas estimadas na realização dos créditos que não possuem garantia real. **Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. **Ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Não obstante os critérios para os instrumentos de dívida ser classificados pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros

resultados abrangentes, conforme descrito acima, os instrumentos de dívida podem ser designados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se isso eliminar, ou reduzir significativamente, um descasamento contábil. **2.9. Passivos financeiros:** Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Os principais passivos financeiros incluem empréstimos e financiamentos, fornecedores e adiantamentos de clientes. A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: **• Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31/12/2023 e 2022, a Companhia não possui passivos financeiros classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo instrumentos financeiros derivativos. Dessa forma, a Companhia também não tem como política contábil a utilização de "hedge accounting". **• Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, outros passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e valores pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa efetiva de juros, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. No caso da companhia, os outros passivos compreendem substancialmente empréstimos e financiamentos e fornecedores. **2.10. Desreconhecimento (baixa) : Ativos financeiros:** Um ativo financeiro ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes, é baixado quando: **• Os** direitos de receber fluxos de caixa, do ativo, expirarem; ou **• A** companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo de "repasse" e; (a) transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) não transferir tampouco reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o mesmo. Quando a companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, o ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da companhia com o ativo. Nesse caso, também reconhece um passivo associado. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. **Instrumento financeiro - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.11. Despesas antecipadas:** Apropriadas ao resultado do exercício quando incorridas pelo regime de competência. **2.12. Imobilizado:** Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução de valor recuperável, quando aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultantes da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens (Nota Explicativa nº 5). A vida útil e os métodos de depreciação foram revisados pela Administração no encerramento do exercício social ou quando da ocorrência de algum evento relevante, não tendo ocorrido modificações, em relação às informações do exercício anterior. Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment"). **2.13. Ativos intangíveis:** Demonstrados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida possuem amortização calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas com base na vida útil estimada dos ativos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 6. Os ativos intangíveis que não possuem vida útil definida são representados por marcas, patentes e ágio por rentabilidade futura, os quais não sofrem amortizações e são testados, no mínimo, anualmente por redução ao valor recuperável. **Baixa de ativos intangíveis:** Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado. **2.14. Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de maneira confiável e cuja liquidação

continua



seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de maneira confiável.

2.15. Outros passivos circulares e não circulares:

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável, os passivos circulares e não circulares são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

2.16. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas:

A aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas nesta nota explicativa, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

Principais julgamentos na aplicação das políticas contábeis e fontes de incerteza nas estimativas:

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data do balanço. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem vida útil do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, impostos diferidos ativos, provisão para garantia, provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, mensuração do custo orçado para projetos, provisão para perdas com contratos onerosos, provisão para "ouvern", base para a apuração da receita, e instrumentos financeiros.

Principais fontes de incertezas nas estimativas:

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

a) Provisões para riscos:

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas (Nota Explicativa nº 15). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. As provisões são revisadas ao menos no encerramento de cada balanço e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

b) Realização do IRPJ diferido:

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do IRPJ diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do imposto fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização total, ou parcial, se for constituído o crédito integral.

2.17. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31/12/2023:

Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

a) Alterações na norma IFRS 16/CPB 06 (R2) - acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPB 47 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

b) Alterações na norma IAS 1/CPB 26 - esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

c) Alterações na norma IAS 1/CPB 26 - esclarece que apenas covenants a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

d) Alterações na IAS 7/CPB 03 (R2) e IFRS 7/CPB 40 (R1) - esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2024;

e) Alterações na IAS 21/CPB 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das demonstrações contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Empresa avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que são emitidas pelo IASB.

3. Caixa e equivalentes de caixa:

	2023	2022
Caixa	590	387
Bancos c/movimento	1.570	15.611

Aplicações financeiras

	2023	2022
	12.037	1.074
	14.197	17.072

Os recursos estão investidos substancialmente em fundos multimercado, renda fixa, fundo de renda variável, certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de capital protegido, com remuneração média de 97% do CDI, estando aplicados em diversas instituições financeiras, como forma de diminuir eventuais riscos.

4. Contas a receber e adiantamentos de clientes:

	2023	2022
Clientes	103.826	88.622
(f) Perdas de créditos Esperada	(2.670)	(2.867)
	101.156	85.755

O saldo de clientes representa os serviços já faturados, referentes a medições aprovadas e receitas reconhecidas de acordo com as regras definidas contratualmente. Os títulos vencidos há mais de 180 dias foram reconhecidos e provisionados para perdas de créditos esperada.

5. Imobilizado:

	Taxa de depreciação a.a. (%)	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	-	762	-	762	762
Imóveis	25	2.595	-	2.595	2.595
Móveis e utensílios	10	371	(29)	342	235
Equipos. proc. Dados	20	604	(32)	572	482
Máquinas e eqüipos.	10	3.636	(341)	3.293	2.691
Veículos	20	944	(799)	145	944
Benefetorias em imóveis de 3ºs	-	1.539	-	1.538	530
Instalações	10	447	(39)	407	39
Ferramentas	20	3.427	(548)	2.879	3.124
Aparelhos telefônicos	-	2	-	2	2
Mais-valia – dif. Ativos	-	2.476	-	2.477	2.477
Leasing	-	292	-	292	292
Andaimes	10	8.047	(948)	7.099	4.915
Obras em andamento	-	298	-	298	298
Total	-	25.439	(2.736)	22.701	19.386

a) Movimentação do ativo imobilizado líquido no exercício:

	Saldo em 2022	Adições	Depreciação	Saldo em 2023
Terrenos	762	-	-	762
Imóveis	2.595	-	-	2.595
Móveis e utensílios	235	136	(29)	342
Equipos. proc. Dados	482	110	(32)	572
Máquinas e eqüipos.	2.691	943	(341)	3.293
Veículos	944	-	(799)	145
Benefetorias em imóveis de 3ºs	530	1.008	-	1.538
Instalações	39	407	(39)	407
Ferramentas	3.124	303	(548)	2.879
Aparelhos telefônicos	2	-	-	2
Mais-valia – dif. Ativos	2.477	-	-	2.477
Arrendamento mercantil	292	-	-	292
Andaimes	4.915	1.312	(948)	7.099
Obras em andamento	298	-	-	298
Total	19.386	6.039	(2.736)	22.701

6. Intangível:

A movimentação do ativo intangível nos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 é apresentada como segue:

	2023	2022
Software	1.334	1.241
Marcas e patentes	9.000	9.000
Total	10.334	10.241

7. Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais:

A Companhia e suas controladas são parte polo passivo em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso. As provisões para demandas judiciais e os depósitos judiciais, em 31/12/2023 e 2022, estão apresentadas como segue:

	2023	2022
Provisão	2.507	1.369
Depósitos	2.066	1.461
Total	2.507	1.369
Depósitos	2.066	1.461

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos (assessores jurídicos).

Processos não provisionados:

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível e remoto no montante de R\$ 99.494 MM, sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização diante daquelas avaliações de riscos.

8. Fornecedores:

	2023	2022
Fornecedores nacionais (a)	6.025	12.301
	6.025	12.301

(a) Compostas substancialmente por fornecedores de serviços, materiais de consumo, obras e infraestrutura, aluguéis e fornecedores de informática:

	2023	2022
A vencer	5.675	11.970
O a 30 dias	48	45

31 a 60 dias

Acima de 60 dias

9. Empréstimos e financiamentos:

	2023	2022
Conta Garantida	-	-
Banco Votorantim (a)	1.948	5.000
Banco Daycoval (b)	-	5.736
Banco Safra (c)	1.000	1.500
Banco Pine	5.000	1.131
Leasing	15.000	159
	22.948	13.526

Circulante

Não circulante

a. Banco Votorantim:

Trata-se de Cessão Fiduciária, com remuneração pela variação acumulada do IPCA, calculado de forma pro rata temporis, acrescido de taxa de juros prefixada de 5,2300 a.a., pelo spread do BNDES de 1,15% a.a., e pelo spread do credor de 2,9000% a.a., essas três últimas com base em um ano calendário de 2022, não possui garantias e possui cláusulas de vencimentos antecipado.

b. Banco Safra:

Trata-se de Cédula de Crédito Bancário (Mútu), com taxa de juros de 1,1% a.m. e 13,623 a.a., não possui garantias e não possui cláusulas de vencimentos antecipado.

c. Banco do Nordeste:

Trata-se de Cédula de Crédito Bancário (Mútu), com taxa de juros de 8,81% a.a., não possui garantias e não possui cláusulas de vencimentos antecipado.

d. Banco Bradesco:

Emprestimo composto por: R\$ 5.000 Milhões – Equivalente a Cédula de Crédito Bancário (Mútu), com taxa de juros anual com Certificado de Depósito Interbancário (CDI) acrescido de 4,9%. Na hipótese de amortização, pagamento ou liquidação antecipada, a dívida será remunerada com base nos encargos previstos no instrumento de crédito (calculados pro rata tempore e contados da data da liberação dos recursos ou da última contabilização desses encargos, até a data do efetivo pagamento). R\$ 10.000 Milhões – Equivalente a FINAME Materiais, com taxa de juros anual de 17,5%, não possui garantias e possui cláusulas de vencimentos antecipado.

10. Obrigações fiscais:

	2023	2022
IRR/ a recolher	489	481
PIS a recolher	51	50
ISS a recolher	2.303	2.413
COFINS a recolher (a)	9.337	9.843
ICMS a recolher	551	662
CPRB a recolher	5.227	4.645
ISS retido a recolher	6.190	7.053
INSS retido a recolher	699	574
Parcelamentos (b)	1.060	1.031
Provisão para IRPJ	27.962	14.715
Provisão para CSLL	5.548	13.499
	1.998	4.642
	61.415	59.608
	44.154	44.996
	17.261	14.612

Circulante

Não circulante

(a) PCC a recolher:

O saldo de PCC a Recolher refere-se as Contribuições Sociais Retidas na Fonte (CSRF) de acordo com o artigo 30 da Lei nº 10.833/2003 e IN-SRF nº 459/2004, que exige a obrigatoriedade de efetuar o desconto das contribuições sociais as pessoas jurídicas de direito privado que efetuarem pagamentos a Pessoas Jurídicas de direito privado.

(b) Parcelamentos ordinários:

Segue a abertura dos parcelamentos ordinários no valor de R\$ 26.730 mil, acompanhados de suas respectivas datas de encerramento:

	Nº	Encerra-mento
ORDINÁRIO	13502400770	IRR/ PIS/COFINS/
ORDINÁRIO	/2019-68	CSRF
ORDINÁRIO	632317124	INSS
	19679403589	
	/2020-10	CPRB
ORDINÁRIO	-	ICMS
ORDINÁRIO	632556315	INSS
ORDINÁRIO	636839788	INSS
ORDINÁRIO	4601865	IR / MULTA
UNIFICADO	127070342220	INSS
	211000120018	
UNIFICADO	29900000000	IR/PIS/COFINS/ CPRB
	21100012002	
UNIFICADO	2585 0000000	INSS / CPRB
	2110001200247	
UNIFICADO	54 0000000	PIS / COFINS
ORDINÁRIO	625270231	INSS
	1110001300	
	0114	
UNIFICADO	000000000	Impostos Diversos
	30/07/2027	
	211000120052	
UNIFICADO	499 0000000	IRPJ
	31/09/2027	
UNIFICADO	32174572392	INSS
	28/12/2027	
UNIFICADO	73732882301	IRPJ / CSLL
	31/03/2028	
UNIFICADO	274677422369	IRPJ / CSLL
	28/02/2028	
UNIFICADO	276679432301	IRPJ / CSLL
	28/02/2028	
UNIFICADO	274673873201	IRPJ / CSLL
	28/02/2028	
UNIFICADO	476933362373	INSS / CPRB
	31/05/2028	
UNIFICADO	536811822301	IRRF
	31/07/2028	
UNIFICADO	696601582392	PIS / COFINS
	31/07/2028	
UNIFICADO	6656352335	IRPJ / CSLL
	31/10/2028	
UNIFICADO	6659252388	IRPJ / CSLL
	31/10/2028	

11. Obrigações trabalhistas:

	2023	2022
Salários a pagar	6.883	7.654
Salários não reclamados	135	109
Férias a pagar	21	1.447
IRRF s/Fopag	2.593	1.142
Contr. entidades de classe	177	252
Pensões a pagar	54	244
Encargos sociais	2.484	3.034

11. Obrigações trabalhistas:

	2023	2022
Provisões férias	15.070	13.468
	27.417	27.350

12. Patrimônio líquido: 12.1. Capital Social:

O Capital Social da Controladora é de R\$ 11.872 totalmente subscrito e parcialmente integralizado por acionistas residentes no país, e estão representados por 11.872.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00.

12.2. Reserva legal:

Refere-se a 5% do lucro líquido do exercício, constituída nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

12.3. Distribuição de lucros:

Em decorrência do lucro apurado no exercício, foi efetuado o pagamento de R\$ 14.134 (R\$ 11.029 em 2022) a título de dividendos.

13. Receita operacional líquida:

	2023	2022
Receitas de serviços	653.609	591.762
Receita de mercadorias	6.295	11.506
(i) COFINS	(20.121)	(18.583)
(j) PIS	(4.360)	(4.027)
(k) ISS	(28.902)	(27.057)
(l) CPRB	(29.111)	(26.886)
(m) ICMS	(893)	(3.098)
	576.517	523.611

14. Custos operacionais:

	2023	2022
Pessoal	(362.166)	(334.074)
Materiais	(43.372)	(40.523)
Serviços	(28.946)	(24.898)
Locação	(46.754)	(35.728)
Impostos e taxas	(1.332)	(231)
Custos com canteiros	(3.992)	(5.500)
Custos de mobilização e movimentação	(7.179)	(6.501)
Despesas gerais	(3.096)	(3.059)
	(496.837)	(450.523)

15. Despesas operacionais:

	2023	2022
Gastos com pessoal	(8.280)	(6.305)
Curios e treinamentos	(47)	(143)
Despesas com locações	(2.511)	(735)
Despesas de telecomunicações	(299)	(171)
Despesas com veículos	(447)	(782)
Serviços de consultorias	(12.922)	(8.866)
Despesas com viagens e representações	(1.384)	(1.056)
Despesas de estrutura	(7.156)	(8.284)
Despesas de comunicação e marketing	(79)	(137)
Impostos e taxas diversas	(323)	(428)
Provisões de contingências	(22)	(484)
	(33.448)	(27.391)

16. Reconciliação do IRPJ e CSLL correntes e diferidos:

A reconciliação do IRPJ e da contribuição ao resultado efetivo da alíquota nominal para os exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022 é conforme segue:

	2023	2022
Lair	31.617	36.915
(+) Adições	42	6.277
(-) Exclusões	(5.043)	(4.063)
(-) Base de cálculo	26.616	39.120
IRPJ (15% + adicional 10%)	(6.678)	(9.719)
CSLL (9%)	(2.448)	(3.521)
	(9.126)	(13.231)

17. Resultado financeiro:

A NPE Service opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e outras dívidas, cujos valores são representativos a respectivos valores de mercado.

(i) Ativos financeiros não derivativos:

A NPE Service reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

(ii) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado de acordo com o modelo de negócio adotado. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudan-ças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros:

São aqueles com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros créditos.

18. Seguros (não auditado):

A Empresa adota a política de cobertura de seguros, para o grupo NPE da qual a "Companhia" faz parte, para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, e consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31/12/2023, para o grupo, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 10.000.000,00 para danos materiais, e R\$ 10.000.000,00 para responsabilidade civil.

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da NPE Service Manutenção e Montagem S.A., São Paulo – SP. Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas: Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas da NPE Service Manutenção e Montagem S.A. ("Companhia"), e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2023, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da NPE Service Manutenção e Montagem S.A. e suas controladas, em 31/12/2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem

ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

• Da conclusão sobre a adequação do uso, pela Administração, de uma base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante,

devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23/07/2024.

BDO RCS Auditores Associados Ltda. - CRC 2 SP 015165/O-8

Diego Cavalcante Bastos - Contador - CRC 1 SP 292913/O-9

ARKLOK - Equipamentos de Informática S.A.

CNPJ nº 10.489.713/0001-14 - NIRE 35.300.606.001

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de Julho de 2024

Data, Hora e Local Da Assembleia: Realizada em 26 de julho de 2024, às 10:00, na sede social da Arklok - Equipamentos de Informática S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de Itapevi, Estado de São Paulo, na Avenida Portugal, nº 1174, Galpões 3 e 4, Condomínio Empresarial Onix, bairro Itaquí, CEP 06696-060.

Convocação e Presença: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme se evidencia pelas assinaturas lançadas no Livro de Registros de Presença de Acionistas da Companhia, na forma do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Mesa: Presidente: Andrea Soussi Rivetti de Miranda. Secretário: Carlos Eduardo Martins.

Ordem do Dia: Reuniram-se os acionistas da Companhia para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (I) termos e condições da 2ª (segunda) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia real, para distribuição pública, da Companhia, conforme disposto nos artigos 45 e seguintes da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021 ("Lei 14.195", "Notas Comerciais" e "Emissão", respectivamente), bem como a realização da oferta pública de distribuição das Notas Comerciais, nos termos da Lei 14.195, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei de Valores Mobiliários"), da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 160") e das demais disposições legais aplicáveis ("Oferta"); (II) a constituição da Garantia Real (conforme abaixo definida); (III) a autorização à Diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas necessárias, bem como celebrar todos os documentos necessários à Emissão, à realização da Oferta e à constituição da Garantia Real, incluindo, mas não se limitando, o Termo de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Distribuição (conforme definidos abaixo), incluindo a celebração de eventuais aditamentos (se necessários); e (IV) a ratificação de todos os demais atos já praticados pela Diretoria da Companhia com relação aos itens anteriores.

Deliberações: Foi instalada a Assembleia e autorizada, pelos acionistas presentes, a lavratura da presente ata na forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Na sequência, após o exame e a discussão das matérias constantes na ordem do dia, os acionistas deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer reservas ou ressalvas, o quanto segue: (I) Nos termos do artigo 46, parágrafo único, da Lei 14.195, **aprovar** a realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características, a serem reguladas no "Termo de Emissão da 2ª (segunda) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública, da Arklok - Equipamentos de Informática S.A." ("Termo de Emissão"); **a) Número da Emissão:** A Emissão constitui a 2ª (segunda) emissão de Notas Comerciais da Companhia; **b) Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Notas Comerciais será 07 de agosto de 2024 ("Data de Emissão"); **c) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$280.000.000,00 (duzentos e oitenta milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); **d) Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única; **e) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Notas Comerciais será de R\$1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **f) Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão das Notas Comerciais serão utilizados da seguinte forma: (i) para pagamento do resgate antecipado facultativo total da 1ª (primeira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, com garantia real, da Companhia ("Resgate Antecipado Facultativo Total da 1ª Emissão"); e (ii) capital de giro para o curso ordinário da Companhia. **g) Distribuição e Colocação:** As Notas Comerciais serão colocadas, no âmbito da Oferta, sob o regime de garantia firme de colocação, de forma individual e não solidária, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, na qualidade de coordenadores da Oferta, nos termos da regulamentação aplicável ("Coordenadores", sendo a instituição intermediária líder denominada "Coordenador Líder"), responsáveis pela colocação das Notas Comerciais, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real, da 2ª (segunda) Emissão da Arklok - Equipamentos de Informática S.A.", a ser celebrado entre a Companhia e os Coordenadores ("Contrato de Distribuição"). A Oferta será submetida à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob rito de registro automático de distribuição, sem análise prévia por entidade autorreguladora, nos termos do artigo 26, inciso X, da Resolução CVM 160, observadas as exigências contidas no artigo 27 da Resolução CVM 160, tendo como público-alvo exclusivamente investidores profissionais, conforme definidos na Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada; **h) Depósito para distribuição, negociação e custódia eletrônica:** As Notas Comerciais serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA - Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - Balcão B3 ("B3"), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário, por meio do CETIP21 - Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Notas Comerciais custodiadas eletronicamente na B3; **i) Agente Fiduciário, Escriturador e Agente de Liquidação:** O representante da comunhão dos titulares das Notas Comerciais, assim como a instituição prestadora de serviços de escrituração das Notas Comerciais e de agente de liquidação das Notas Comerciais será a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário", "Escriturador" e "Agente de Liquidação"); **j) Local da Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, o local de emissão das Notas Comerciais será a cidade de São Paulo, Estado do São Paulo; **k) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade:** As Notas Comerciais serão emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Comerciais será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Notas Comerciais que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do titular das Notas Comerciais, que servirá como comprovante de titularidade de tais Notas Comerciais; **l) Garantia Real:** Em garantia ao pagamento integral e tempestivo da totalidade das obrigações, principais e acessórias, presentes e futuras assumidas ou que venham a ser assumidas pela Companhia previstas no Termo de Emissão, o que inclui: (i) o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida) e dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido), calculados nos termos do Termo de Emissão e/ou previstos nos demais documentos da Emissão; e (ii) todos os acessórios ao principal, inclusive eventuais tributos, custos e despesas devidas pela Companhia com relação às Notas Comerciais e honorários do Agente Fiduciário (conforme abaixo definido), e as despesas razoáveis e comprovadamente incorridas pelo Agente Fiduciário (conforme abaixo definido) ou pelos titulares das Notas Comerciais, inclusive, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes deste Termo de Emissão e demais documentos da Emissão e suas alterações posteriores, bem como verbas indenizatórias, quando houver, até o integral cumprimento de todas obrigações constantes do Termo de Emissão e nos demais documentos da Emissão ("Obrigações Garantidas"), a Companhia constituirá, em favor dos titulares das Notas Comerciais, uma vez implementada a Condição Suspensiva (conforme definido abaixo), cessão fiduciária: (i) da titularidade de todos e quaisquer direitos de crédito, atuais ou futuros, detidos e a serem detidos como resultado dos valores depositados e mantidos, a qualquer tempo em conta vinculada de titularidade da Emissora, conforme indicada no Contrato de Cessão Fiduciária ("Conta Vinculada"), na qual deverá transitar um fluxo mínimo de direitos creditórios de que é titular e de que vier a ser titular durante a vigência da Emissão, nos termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), bem como quaisquer recursos eventualmente em trânsito ou em processo de compensação bancária e, ainda, eventuais investimentos realizados com os valores depositados na Conta Vinculada e todos e quaisquer frutos e rendimentos decorrentes de referidos investimentos; e (ii) de todo e qualquer montante relacionado aos Investimentos Permitidos (conforme definidos no Contrato de Cessão Fiduciária) realizados na forma do contrato a ser celebrado com o Banco Depositário (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), nos termos e condições estabelecidos no "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Conta Vinculada e Outras Avenças sob Condição Suspensiva", a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares das Notas Comerciais ("Contrato de Cessão Fiduciária", "Cessão Fiduciária" ou "Garantia Real", respectivamente). A eficácia da Cessão Fiduciária está sujeita à condição suspensiva conforme disposto nos artigos 125 do Código Civil e outras disposições aplicáveis, e só terá eficácia plena a partir do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total da 1ª Emissão, conforme previsto no Termo de Emissão, e consequente liberação do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Outras Avenças", celebrado entre o Agente Fiduciário e a Companhia em 16 de fevereiro de 2023 ("Condição Suspensiva"); **m) Prazo e Data de Vencimento:** Ressalvadas as Hipóteses de Liquidação Antecipada (conforme definido abaixo) ou do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, nos termos previstos no Termo de Emissão, as Notas Comerciais terão prazo de vencimento de 1.826 (mil oitocentos e vinte e seis) dias corridos contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 07 de agosto de 2029 ("Data de Vencimento"); **n) Prazo de Subscrição e Forma de Integralização:** Respeitado o atendimento dos requisitos previstos no Termo de Emissão, as Notas Comerciais serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, durante o prazo de distribuição (conforme previsto no Termo de Emissão), de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3, pelo seu Valor Nominal Unitário na data da primeira subscrição e integralização das Notas Comerciais ("Data da Primeira Integralização"). Caso ocorra a subscrição e integralização das Notas Comerciais em mais de uma data, o preço de integralização para as Notas Comerciais que foram integralizadas após a Data da Primeira Integralização será o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida), calculados *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização (inclusive) até a data de sua efetiva integralização (exclusive); **o) Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais não será atualizado monetariamente; **p) Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,65% (dois inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, *incidentes* sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais desde Comerciais, desde a Data da Primeira Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido abaixo) imediatamente anterior (inclusive) até a Data de Pagamento da Remuneração em questão (exclusive), data de pagamento por vencimento antecipado nos termos do Termo de Emissão, ou na data de um eventual Resgate Antecipado Facultativo, ou na data da Amortização Extraordinária ou na data de Oferta de Resgate Antecipado (conforme abaixo definidos), o que ocorrer primeiro. O Termo de Emissão determinará a fórmula pela qual a Remuneração será calculada; **q) Pagamento da Remuneração:** Ressalvadas as Hipóteses de Liquidação Antecipada das Notas Comerciais ou, ainda, o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, a Remuneração das Notas Comerciais será paga mensalmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 07 de setembro de 2024, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 07 dos meses subsequentes, até a Data de Vencimento das Notas Comerciais ("Data de Pagamento da Remuneração"); **r) Amortização do Valor Nominal Unitário:** Observada a Amortização Extraordinária, o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 49 (quarenta e nove) parcelas mensais iguais e consecutivas, a partir do término do 12º (décimo segundo) mês (inclusive), que serão devidas sempre no dia 07 de cada mês, sendo que a primeira parcela será devida em 07 de agosto de 2025, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização, de acordo com as datas e percentuais indicados no Termo de Emissão; **s) Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Notas Comerciais serão efetuados pela Companhia utilizando-se, conforme o caso: (i) os procedimentos adotados pela B3, para as Notas Comerciais custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Agente de Liquidação, para as Notas Comerciais que eventualmente não estejam custodiadas eletronicamente na B3, ou, conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim, ou ainda na sede da Companhia, se for o caso; **t) Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração e do disposto no Termo de Emissão, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos Titulares de Notas Comerciais, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (i) multa moratória convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor devido e não pago, além das despesas incorridas para cobrança ("Encargos Moratórios"); **u) Resgate Antecipado Facultativo:** A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir e no Termo de Emissão, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar o resgate antecipado total das Notas Comerciais ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, os titulares de Notas Comerciais farão jus: (i) ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso); (ii) à Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização (ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso) até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme definida abaixo); (iii) ao prêmio de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) incidente sobre o Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso) ao ano (base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis), multiplicado pelo prazo remanescente das Notas Comerciais quando da realização do Resgate Antecipado Facultativo Total, acrescido da Remuneração desde a Data da Primeira Integralização (ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso) até a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total, (observado que, caso o Resgate Antecipado Facultativo Total aconteça em qualquer Data de Amortização e/ou de Data de Pagamento da Remuneração, deverão ser desconsiderados tais valores), calculado de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão; e (iv) dos Encargos Moratórios devidos e não pagos até a data do referido resgate, se for o caso ("Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total"); **v) Oferta de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, realizar oferta de resgate antecipado das Notas Comerciais, com o consequente cancelamento das Notas Comerciais, endereçada a todos os titulares das Notas Comerciais, sendo assegurado a todos os titulares das Notas Comerciais igualdade de condições para aceitar o resgate das Notas Comerciais por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada nos termos e condições a serem estabelecidos no Termo de Emissão; **w) Amortização Extraordinária:** A Companhia poderá, observados os termos e condições estabelecidos a seguir e no Termo de Emissão, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar a amortização extraordinária facultativa do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Notas Comerciais ("Amortização Extraordinária Facultativa"). Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, os titulares de Notas Comerciais farão jus: (i) ao pagamento da parcela do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso) a ser amortizada, (ii) à Remuneração relativa à parcela do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais objeto da Amortização Extraordinária Facultativa, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização (ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso) até a Data do Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definida abaixo); e (iii) ao prêmio de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso) ao ano (base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis), multiplicado pelo prazo remanescente das Notas Comerciais quando da realização da Amortização Extraordinária Facultativa, acrescido da Remuneração relativa à parcela do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais objeto da Amortização Extraordinária Facultativa desde a Primeira Data de Integralização (ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso) até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa (observado que, caso a Amortização Extraordinária Facultativa aconteça em qualquer Data de Amortização e/ou de Data de Pagamento da Remuneração, deverão ser desconsiderados tais valores), calculado de acordo com a fórmula prevista no Termo de Emissão, devendo tal amortização abranger, proporcionalmente, todas as Notas Comerciais; **x) Aquisição Facultativa:** As Notas Comerciais poderão ser adquiridas pela Companhia, no mercado secundário, condicionado ao aceite do respectivo titular de Notas Comerciais vendedor, observadas as normas aplicáveis a operações dessa natureza ("Aquisição Facultativa" e, em conjunto com o Resgate Antecipado Facultativo Total, a Oferta de Resgate Antecipado e a Amortização Extraordinária Facultativa, "Hipóteses de Liquidação Antecipada"); e **y) Vencimento Antecipado:** As Notas Comerciais terão seu vencimento antecipado declarado nas hipóteses e nos termos a serem previstos no Termo de Emissão. (II) Aprovar a constituição da Garantia Real como garantia às Obrigações Garantidas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e do Termo de Emissão. (III) Autorizar a diretoria da Companhia a adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão, à realização da Oferta e à constituição da Garantia Real, incluindo, mas não se limitando, o Termo de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Distribuição e, inclusive, eventuais aditamentos (se necessários). (IV) Ratificar os atos eventualmente já praticados pela diretoria e demais representantes legais da Companhia, em consonância com as deliberações acima. Fica consignado que os acionistas detentores da totalidade do capital da Companhia, presentes nesta Assembleia, renunciaram seus respectivos direitos de preferência para a subscrição das Notas Comerciais, conforme previsto no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo a sessão para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida e aprovada em sua integralidade, foi assinada pela totalidade dos acionistas da Companhia, por mim Secretário e pela Presidente. Acionistas: Verona Participações Societárias S.A e Andrea Soussi Rivetti de Miranda. A presente é cópia fiel da ata que se acha lavrada em livro próprio. São Paulo, 26 de julho de 2024. Andrea Soussi Rivetti de Miranda - **Presidente**; Carlos Eduardo Martins - **Secretário**. JUCESP 295.510/24-9 em 31.07.2024

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



ICP
Brasil

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/08/2024

Acesse a página de Publicações Legais no site do
Jornal Data Mercantil, apontando a câmera
do seu celular no QR Code, ou acesse o link:
www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/MF nº 30.507.541/0001-71 – NIRE 35.300.574.095

Edital de Convocação

Pelo presente Edital de Convocação, o Sr. **Maurício Caviglia**, Diretor Presidente da **Brasil Cash Instituição de Pagamento S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.507.541/0001-71, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.574.095 ("Companhia"), nos termos do Artigo 124, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), **Convoca** todos os acionistas da Companhia a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede da Companhia, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, Sala 402, Torre 2, Cond. West Towers, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06454-000, no próximo dia **19 de agosto de 2024**, às **10:00**, em 1ª chamada, e às **11:00**, em 2ª chamada, no mesmo dia e endereço, para deliberarem acerca da seguinte Ordem do Dia (i) da autorização para cessão de direitos creditórios de sua titularidade; (ii) dos termos da 1ª (primeira) emissão de cotas seniores da 1ª (primeira) série de fundo de investimento, para distribuição pública; e (iii) outros assuntos de interesse da Sociedade relacionado aos itens anteriores. Barueri/SP, 06 de agosto de 2024. **Maurício Caviglia** – Diretor Presidente (06, 07 e 08/08/2024)

Conecta Médico S.A.

CNPJ/ME nº 34.053.593/0001-76 - NIRE 35.300.572.335

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de junho de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 28 de junho de 2024, às 14:00 horas, na sede social da **Conecta Médico S.A.**, situada na Rua Henri Dunant, 873, 19º Andar, Sala 1901, Santo Amaro, São Paulo/SP, CEP 04.709-111 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do parágrafo 4º, artigo 124, da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e parágrafo 2º do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. As Demonstrações Financeiras foram devidamente publicadas na Central de Balanços do Sped, conforme exigido pela Lei das S.A. **3. Composição da Mesa:** Carlos Alberto de Castro Dutra, como Presidente; e Larissa Andrade de Melo, como Secretária. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório da Administração, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação dos resultados da Companhia; e (iii) autorizar os administradores da Companhia tomarem todos os atos necessários para a realização e implementação das deliberações tomadas. **5. Deliberações:** Colocadas as matérias descritas na ordem do dia em discussão, após apresentados os documentos e prestados os devidos esclarecimentos pela administração da Companhia, os acionistas presentes, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas, tomaram a seguintes deliberações: **5.1. aprovaram** as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, as quais foram devidamente publicadas previamente à presente Assembleia Geral, nos termos do artigo 133, parágrafo 4º, da Lei das S.A. Tendo em vista a ausência de destinação de lucro líquido no exercício, não haverá distribuição de dividendos. **5.2. autorizaram** os administradores da Companhia a tomarem todos os atos necessários para a realização e implementação das deliberações tomadas, inclusive proceder com o registro da presente ata perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, na forma da Lei, bem como quaisquer outros atos que se façam necessários. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o presidente da assembleia encerrou os trabalhos, sendo a presente ata lavrada em formato sumário, lida e aprovada, sendo assinada por todos os acionistas presentes. São Paulo, 28 de junho de 2024. Carlos Alberto de Castro Dutra, *Presidente*; Larissa Andrade de Melo, *Secretária*. **Acionistas Presentes:** Interplayers - Soluções Integradas S.A., p. Carlos Alberto De castro Dutra e p. Gustavo Marini Rodrigues. JUCESP nº 296.183/24-6 em 01/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Companhia Nitro Química Brasileira

CNPJ/MF nº 61.150.348/0001-50 - NIRE 35.300.054.547

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de junho de 2024

1. Data, Hora e Local: Aos 28 dias do mês de junho de 2024, às 9h, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dr. José Artur Nova, nº 951, CEP 08090-000 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, Srs. Lucas Santos Rodas, Paulo Zucchi Rodas, Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves, Alexandre Gonçalves Silva, Weber Ferreira Porto e Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque, em razão do que fica dispensada a exigência de convocação, nos termos do Art. 15, §1º do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **4. Ordem do Dia:** **i.** Deliberar acerca da distribuição proventos, através de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) - referentes ao 2º trimestre do exercício de 2024; **5. Deliberações:** Nos termos do Estatuto Social da Companhia, pela unanimidade dos membros, o Conselho de Administração: **5.1.** Aprovou os créditos de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) referentes ao 2º trimestre do exercício de 2024, no valor de **R\$ 6.755.681,24** (seis milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, seiscentos e oitenta e um reais e vinte e quatro centavos), conforme balanço levantado no período de 01 de abril a 30 de junho de 2024. **a.** A data do pagamento da remuneração ora deliberada será definida oportunamente pela administração da Companhia, com prazo limite de até 31 de dezembro de 2024. **b.** Farão jus ao referido JCP os acionistas comprovadamente titulares das ações da Companhia na presente data, conforme espécie e classe de ações detidas e de acordo com as regras e parâmetros estabelecidos no Estatuto Social. **c.** Quando definido, o valor será pago sem remuneração ou atualização monetária. No domicílio bancário fornecido pelos acionistas, líquido da retenção de 15% de Imposto de Renda na Ofnte, esceto para os acionistas que sejam comprovadamente imunes ou isentos. **d.** A matéria aprovada nesta Ata será encaminhada oportunamente para deliberação pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **e.** Os Diretores da Companhia foram autorizados a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e depois lida, aprovada e assinada pelos presentes. **7. Assinaturas:** **Mesa:** Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. **Membros do Conselho de Administração:** Lucas Santos Rodas, Paulo Zucchi Rodas, Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves, Alexandre Gonçalves Silva, Weber Ferreira Porto e Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque. A presente Ata é cópia fiel, extraída da ata lavrada no livro próprio. São Paulo/SP, 28 de junho de 2024. JUCESP nº 259.785/24-6 em 05/07/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Fortec S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/MF nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os Srs. acionistas da **FORTEC S/A PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS** ("Companhia") convocados a se reunirem em **16 de agosto de 2024**, às 11:00 hrs, na Rua Cel. José Rufino Freire, nº 453, São Paulo/SP (sede social), para a realização da Assembleia Geral Ordinária, com a finalidade de (i) examinar, discutir e deliberar sobre as contas dos administradores, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e (iii) fixar a remuneração anual global da diretoria. Os avisos de disponibilização dos documentos relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram publicados nos dias 16, 17 e 18 de julho de 2024, na forma da lei. **Thales Lobo Peçanha** - Diretor Presidente. (08, 09 e 10/08/2024)

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/08/2024

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



ARKLOK - Equipamentos de Informática S.A.
CNPJ nº 10.489.713/0001-14 - NIRE nº 35300606001

Ata da Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública, em 2/08/2024

Data, Horário e Local. Realizada no dia 2/08/2024, às 10h, na forma da Resolução CVM nº 81, de 29/03/2022 ("Resolução CVM 81"), de maneira exclusivamente remota e digital, com a dispensa de videoconferência em razão da presença dos titulares das Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real ("Notas Comerciais"), da Arklok - Equipamentos de Informática S.A. ("Emitente" ou "Companhia"), representando a totalidade das Notas Comerciais em Circulação (conforme definido no Termo de Emissão, a seguir definido). **Convocação e Presença.** Dispensada a convocação diante da presença dos titulares de 100% das Notas Comerciais em Circulação, conforme lista de presença constante do **Anexo I** à presente ata, nos termos do artigo 47, §2º, da Lei nº 14.195/2021, cumulado com o artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), e da Cláusula 11.1.4 do "Termo de Emissão da 1ª Emissão de Notas Comerciais Escriturais, em Série Única, com Garantia Real, para Distribuição Pública, da Arklok - Equipamentos de Informática S.A.", celebrado em 10/02/2023 entre a Emitente e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário" ou "Oliveira Trust" e "Termo de Emissão", respectivamente). Presentes, ainda, os representantes legais do Agente Fiduciário e da Companhia. **Mesa.** Os titulares das Notas Comerciais escolheram a Sra. Eliana Dozol para presidir a mesa e o Sr. Cassiano Pedro Carvalho Barbosa para secretariar, na forma da Cláusula 11.4.1 do Termo de Emissão. **Deliberações.** Após análise e discussão da matéria constante da ordem do dia, os Titulares das Notas Comerciais, por unanimidade aprovaram, em razão da 2ª Emissão, a realização do Resgate Antecipado Total, conforme previsto Cláusula 5.1 do Termo de Emissão, com a dispensa do pagamento do prêmio previsto na Cláusula 5.1.3, inciso (iii). O Resgate Antecipado Facultativo Total será efetuado pela Emitente em 7/08/2024, com relação à totalidade das Notas Comerciais em Circulação, com base e conforme a Cláusula 5.1 do Termo de Emissão, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento do resgate antecipado. O Resgate Antecipado Facultativo Total das Notas Comerciais será previamente comunicado à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, ao Agente de Liquidação e ao Escriturador. Fica consignado que, diante da presença dos titulares de 100% das Notas Comerciais em Circulação, é dispensada a Comunicação de Resgate Antecipado aos titulares das Notas Comerciais e ao Agente Fiduciário na forma da Cláusula 5.1.4 do Termo de Emissão. Consigna-se, ainda, que a Oliveira Trust, na qualidade de agente de liquidação e escriturador das Notas Comerciais, com a finalidade de assegurar o efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, mediante solicitação da Emissora, realizará todas as transferências necessárias do valor a ser depositado na conta abaixo indicada ("Conta de Liquidação") após a liquidação da 2ª Emissão, na mesma data em que tal valor for depositado na Conta de Liquidação ou no dia útil imediatamente posterior, caso não seja possível transferir os recursos no mesmo dia: **Banco:** 111; **Agência:** 0001; **Conta corrente:** 1000217-0. A deliberação da presente assembleia geral de Titulares das Notas Comerciais deve ser interpretada restritivamente como mera liberalidade dos Titulares das Notas Comerciais e, portanto, não deve ser considerada como novação, precedente ou renúncia de quaisquer outros direitos dos titulares das Notas Comerciais, nem quanto ao cumprimento, pela Companhia, de todas e quaisquer obrigações previstos no Termo de Emissão ou em quaisquer documentos a ele relacionados, sendo a sua aplicação exclusiva e restrita para o aprovado nesta assembleia geral de titulares das s Notas Comerciais. Os termos aqui definidos terão o mesmo significado daqueles constantes do Termo de Emissão, exceto por aqueles expressamente de outra forma definidos. A Emitente informa que a presente assembleia atendeu a todos os requisitos e orientações de procedimentos para sua realização, conforme determina a Resolução CVM 81. **Encerramento.** Nada mais. São Paulo, 2/08/2024. Eliana Dozol - **Presidente**; Cassiano Pedro Carvalho Barbosa - **Secretário**

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833
comercial@datamercantil.com.br



Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 08/08/2024

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

